



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR

Acta da terceira sessão ordinária de 2007 da Assembleia Municipal de Aljezur

LOCAL: Sala de Sessões dos Paços do Município

DATA: 29 de Junho de 2007

INÍCIO: 21:00 horas

ENCERRAMENTO: 00:30 horas

CONSTITUIÇÃO DA MESA:

Maria de Lurdes Afonso Bento, Presidente

Licinia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário

Manuel António Custódio Rosendo, Segundo-Secretário

MEMBROS PRESENTES:

António Manuel Guerreiro Lopes, Vítor Manuel da Encarnação Vicente, Johannes Alexander Schydlo, Amílcar Manuel Marreiros Duarte, José Carlos Pacheco da Silva, Manuel Alberto Santinho Cristo, Rosa Maria dos Santos Cigarra Rocha, Francisco António Baptista Ferreira, Ana Maria Ferreira Santos, José António Duarte, José Manuel dos Santos Marreiros, Sérgio Manuel da Silva Santos

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS:

Dionísio Manuel Nifro da Silva, por Emanuel Marreiros Amaro de Jesus

Eliezer João Candeias, por Raul João da Silva

ENTRARAM NO DECORRER DA SESSÃO OS SEGUINTE MEMBROS:

Henrique Manuel Ramos Henriques e Fernando Manuel da Costa Rosa

ABERTURA DA SESSÃO – Verificando-se a presença da maioria dos membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA: – Foi lida a comunicação do membro Dionísio Manuel Nifro da Silva, enviada em onze de Maio de dois mil e sete, enviada por correio electrónico, informando que não lhe é possível comparecer na presente sessão, solicitando a sua substituição na mesma.-----
Em sua substituição, foi empossado o Senhor Emanuel Marreiros Amaro de Jesus, portador do Bilhete de Identidade número seis milhões oitocentos e trinta e nove mil setecentos e dezassete, emitido em dezassete de Outubro de dois mil e cinco, pelos Serviços de Identificação de Faro.-----
Foi lido o ofício da Junta de Freguesia de Rogil, número duzentos e sessenta e oito, de vinte e cinco de Junho de dois mil e sete, enviando cópia do pedido de suspensão de mandato do Presidente da Junta de freguesia, por um período de noventa dias.-----
Em sua substituição, foi empossado o Senhor Raul João da Silva, portador do Bilhete de Identidade número dois milhões duzentos e sessenta e nove mil oitocentos e cinquenta e dois, emitido em dezanove de Outubro de dois mil, pelo Arquivo de Identificação de Faro.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR: – Foi presente a acta da sessão ordinária realizada no dia vinte e sete de Abril de dois mil e sete.-----

O SENHOR HENRIQUE MANUEL RAMOS HENRIQUES PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS

Posta a acta à votação, foi a mesma aprovada por maioria, com as abstenções dos membros Manuel Rosendo, António Lopes e Sérgio Santos.-----

Foi presente a acta da sessão extraordinária realizada no dia dezoito de Maio de dois mil e sete.-----

O Senhor Vítor Vicente referiu que foi remetido um ofício à Assembleia Municipal, que não consta na acta do dia dezoito de Maio nem foi referido alguma vez nessa Assembleia e, como também não consta na correspondência desta sessão, decidiu chamar a atenção para esse facto.-----

A Senhora Presidente da Assembleia disse que de facto essa correspondência deve constar em acta e esse lapso vai ser corrigido. -----

O Senhor Amílcar Duarte disse ser importante que, após a aprovação das actas, com as correcções que são introduzida, as actas definitivas sejam posteriormente enviadas aos membros da Assembleia Municipal.-----

A Senhora Presidente da Assembleia disse que esse envio faz todo o sentido e que futuramente passarão a ser enviadas. Disse ainda que muito em breve, as actas da Assembleia Municipal, passarão a estar disponíveis no site da Internet.-----

Posta à votação, foi a mesma aprovada por maioria, com a abstenção do membro Sérgio Santos.-----

PONTO NÚMERO DOIS

LEITURA DO EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS: – Foi lida a seguinte correspondência, a qual se encontra arquivada em pasta anexa:-----

– de Assembleia Municipal de Loulé, ofício número trezentos e setenta e seis, de trinta e um de Janeiro de dois mil e sete, agradecendo tomada de posição desta Assembleia Municipal sobre a Portaria novecentos e quatro barra dois mil e seis que regula estabelecimento de zonas livres de transgénicos.-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, ofício número vinte mil setecentos e sessenta e cinco, acusando a recepção de cópia do manifesta “Pela mudança da pesca lúdica, não matem o Litoral Alentejano e a Costa Vicentina”.-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Popular, ofício de vinte e três de Maio de dois

- mil e sete, acusa recepção de cópia do manifesto “Pela mudança da pesca lúdica, não matem o Litoral Alentejano e a Costa Vicentina”.-----
- de Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ofício de vinte e três de Maio de dois mil e sete, acusando a recepção de cópia do manifesto “Pela mudança da pesca lúdica, não matem o Litoral Alentejano e a Costa Vicentina”.-
 - de Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pegas, ofício número mil cento e quarenta e oito, de vinte e cinco de Maio de dois mil e sete, informando que o manifesto “Pela mudança da pesca lúdica, não matem o Litoral Alentejano e a Costa Vicentina” foi remetido para o Gabinete do Senhor Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas.-----
 - de Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ofício de vinte e oito de Maio de dois mil e sete, acusado a recepção das tomadas de posição sobre a “Reconversão do Vale da Telha” e “Infraestruturas de saneamento – rede de águas residuais e sistemas elevatórios de Arrifana”.-----
 - de Gabinete do Primeiro-Ministro, ofício número seis mil trezentos e nove, de trinta de Maio de dois mil e sete, acusando a recepção da tomada de posição sobre a “Reconversão do Vale da Telha”.-----
 - de Gabinete do Primeiro-Ministro, ofício número seis mil trezentos e dez, de trinta de Maio de dois mil e sete, acusando a recepção da tomada de posição sobre as “Infraestruturas de saneamento – rede de águas residuais e sistemas elevatórios de Arrifana”.-----
 - de Casa Civil do Presidente da República, ofício número três mil novecentos e um, de trinta e um de Maio de dois mil e sete, acusando a recepção das tomadas de posição sobre a “Reconversão do Vale da Telha” e “Infraestruturas de saneamento – rede de águas residuais e sistemas elevatórios de Arrifana”.-----
 - de Grupo Parlamentar do Partido Popular ofício de vinte e nove de Maio de dois mil e sete, acusando a recepção das tomadas de posição sobre a “Reconversão do Vale da Telha” e “Infraestruturas de saneamento – rede de águas residuais e sistemas elevatórios de Arrifana”.-----
 - de Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes”, ofício de dezanove de Junho de dois mil e sete, acusa recepção de cópia do manifesto “Pela mudança da pesca lúdica, não matem o Litoral Alentejano e a Costa Vicentina”.-----

PONTO NÚMERO TRÊS

- OUTROS PONTOS EVENTUAIS PREVISTOS NO REGIMENTO:** – A Senhora Presidente da Assembleia informou que o Senhor Eliezer Candeias havia sofrido um acidente de trabalho e que propunha um voto de rápidas melhoras em nome desta Assembleia, o que foi aceite por unanimidade.-----
- O Senhor Vítor Vicente referiu o facto do Senhor Eliezer Quintanilha ter falecido recentemente, o qual havia exercido funções na Comissão Administrativa da Câmara Municipal, após o vinte e cinco de Abril e de Presidente da Junta de Freguesia de Aljezur, tendo proposto que fosse efectuado um minuto de silêncio, o que foi aceite por unanimidade.-----
- O Senhor Vítor Vicente, referindo o facto de estarmos a meio do ano, solicitou informação acerca do andamento de algumas obras municipais, que constam no Plano de Actividades para dois mil e sete, nomeadamente:-----
- Em que fase se encontra o projecto e a obra do futuro edificio dos Paços do Concelho, na antiga escola C+S?-----
 - Como está o processo de transferência dos armazéns municipais para a Zona Industrial da Feiteirinha?-----
 - Como está a construção do Canil Municipal?-----
 - Em que fase se encontra o projecto de recuperação e valorização da Fortaleza da Arrifana e espaços envolventes?-----
 - Como vão os trabalhos de revisão do Plano Director Municipal?-----

– Mesmo sabendo que não compete ao Município, referiu que a grande preocupação é a ETAR do Vale da Telha, pelo que perguntou se o Município tem mais alguma informação acerca deste assunto e também sobre a rede de esgotos do Vale da Telha;-----

– O abastecimento de água à Vilarinha?-----

– Se o Município tem alguma informação acerca das previstas intervenções de consolidação das dunas da Praia de Odeceixe?-----

– Os açudes na Ribeira de Aljezur?-----

– Em que fase se encontram os projectos dos jardins na Igreja Nova?-----

– Em que fase se encontra o projecto do parque desportivo do Rogil?-----

– Qual a situação da Estrada do Escampadinho/Concelho de Monchique, uma vez que a ponte se encontra funcional?-----

– Outro projecto que considera importante, a nível de segurança, é o do passeio da Avenida General Humberto Delgado;-----

– Por fim, perguntou em que fase se encontra a reformulação do Mercado de Aljezur?-----

Disse ainda que, acerca destas obras, pretende que lhe seja facultada informação se as mesmas estão a andar ou se estão paradas. Se estão paradas porque é que estão? Pois o meio do ano é a altura certa para ser feito um balanço.-----

A Senhora Presidente da Assembleia, perguntou se já foram efectuados alguns contactos no sentido de demolir a casa, sita no Picão, que corria o risco de cair.---

A Senhora Rosa Cigarra perguntou se já há mais alguma informação relativa à construção que estava a ser feita na Praia do Vale dos Homens, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara disse numa sessão anterior que iria averiguar a situação. Relativamente à oficina que tem estado a funcionar ilegalmente no Rogil, perguntou também se já foram tomadas as devidas providências, uma vez que a mesma continua a funcionar, pelo menos durante a noite.-----

O Senhor Manuel Rosendo disse que continua a ver afixadas as faixas de publicidade ao Festival Prazeres do Mar e perguntou se as mesmas vão ser retiradas ou se vão ficar mais tempo.-----

O Senhor Amílcar Duarte, referiu que costumava receber por mail a divulgação de todos os eventos que se realizam no Município de Aljezur, no entanto e relativamente ao Festival Prazeres do Mar, não recebeu qualquer tipo de informação e só se apercebeu da sua realização, na véspera. Pelo que, crê que a divulgação deste evento deixou algo que desejar. Disse ainda que, este período em que as faixas estão depois da sua realização, se estivessem antes teria sido mais vantajoso. Referiu que a avaliação ao Festival Prazeres do Mar, não deve ser muito positiva. Tanto em termos de frequência e afluência, como da forma como decorreu. Considera que, o facto dos resultados não serem mais positivos, não se deve só à falta de divulgação mas também aos preços praticados e aos serviços praticados. Um evento deste tipo deve servir para promover o Concelho, para promover no aspecto gastronómico os restaurantes do Concelho e, não para ganhar dinheiro. O facto de, este ano, apenas ter participado um restaurante, independentemente de quais tenham sido as razões, é lamentável, uma vez que o facto de haver mais restaurantes a participarem serve para valorizar o seu trabalho e promover os mesmos. A realização deste evento deveria também ter sido mais cuidada em termos de expositores.-----

Independentemente dos factores que referiu, o Senhor Amílcar Duarte disse que gostaria de saber qual é a análise que a Câmara faz dos resultados do evento.----

O Senhor Amílcar Duarte referiu-se ao período de verão, perguntou ainda até que horas as esplanadas vão ficar abertas? Se o horário vai ser o mesmo do ano passado ou se vai haver outro? Referiu-se ainda ao facto de no ano transacto ter havido uma proibição de realização de obras em zonas de afluência turística,

durante a época de Verão, pelo que perguntou se este ano a situação se mantém? Perguntou também se está previsto colocar papeleiras nas ruas de Odeceixe, ou se essa situação vai ficar eternamente adiada?-----

Relativamente à nova agência da ASAE, nomeadamente em relação às novas regras e novos procedimentos impostos e, ao seu método de actuação, perguntou se a Câmara Municipal de Aljezur, à semelhança de outras Autarquias, tem previsto algum tipo de acompanhamento e apoio às empresas e estabelecimentos do Município, designadamente através de informação, esclarecimento, dinamização e adequação desses mesmos estabelecimentos às novas regras, sobretudo, para poderem enfrentar esta nova fiscalização.-----

O SENHOR FERNANDO MANUEL DA COSTA ROSA PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS -----

A Senhora Ana Santos disse querer fazer duas sugestões.-----

A primeira disse ter a ver com os telefones da Câmara Municipal e com o atendimento ao público. Visto que, muitas vezes o telefone é a primeira imagem de uma empresa, sugeriu que a Câmara arranje um método para que, quando alguém telefonar para a Câmara e o telefone esteja ocupado, ou dê sinal de impedido ou então oiça-se uma gravação indicando que o mesmo está ocupado. Pois o que se verifica presentemente é que, quando se liga para a Câmara e o telefone está ocupado, ouve-se o sinal de chamar e ninguém atende. Pessoalmente sabe que a telefonista está a atender outra chamada, mas a maior parte das pessoas desconhece esse facto, o que é muito desagradável.-----

A segunda sugestão é para que, da próxima vez que se arranjam floeiras e jardins, seja utilizado um fertilizante menos intenso. Porque o último que foi utilizado, nomeadamente no Largo Primeiro de Maio, tinha um cheiro nauseabundo o que fez com que, durante uma semana, ninguém conseguia estar naquele Largo. Referiu ainda que o Largo Primeiro de Maio deveria ser mais cuidado, pois está com um ar de abandono.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara começou por dizer que, sem menosprezo pelas questões colocadas pelo Senhor Vítor Vicente, iria começar pelo fim.-----

Relativamente à questão dos telefones disse ter tomado nota e que esta situação não era uma novidade para si, pois já outras pessoas tinham chamado a atenção para a mesma. Que estas questões tem sempre duas faces, pois nem toda a gente gosta de ser atendida por um atendedor de chamadas.-----

Quanto à questão do fertilizante, admitiu ter sido um erro crasso. Esclareceu que a Câmara pediu à empresa responsável pelos trabalhos que fizesse uma pequena intervenção com madressilva e eles utilizaram aquele tipo de fertilizante, que é completamente desajustado para este tipo de tratamento em zonas urbanas. Já foram pedidas desculpas pessoalmente às pessoas que ali residem e às que tem as suas actividades comerciais naquela zona.-----

Em relação às questões colocadas pelo Senhor Vítor Vicente, referiu que o projecto do futuro Paços do Concelho está praticamente terminado, encontra-se na fase final e a Câmara vai ver se tem capacidade financeira para avençar com a obra.-----

Prestou alguns esclarecimentos relativamente ao Departamento Técnico de Obras e Urbanismo da Câmara Municipal de Aljezur, que trata das empreitadas municipais e, por outro lado, das obras particulares. Realçando o facto de que há muito tempo que a Câmara não tinha um rol de tantas obras em simultâneo, para além de que a Autarquia está também a dar todo o apoio às Juntas de Freguesia, nomeadamente em projectos considerados estruturantes.-----

Quanto ao processo de transferência dos armazéns municipais para a Zona Industrial da Feiteirinha, informou que o estudo prévio está aprovado e o projecto está em fase final de execução. Disse, no entanto, não garantir que seja

seja possível iniciar esta obra até ao final do ano em curso.-----
Relativamente à construção do Canil Municipal, disse que já houve uma reunião muito produtiva com a AEZA, a quem foi pedida ajuda, no sentido de serem feitas diligências com vista ao conhecimento de boas práticas e bons exemplos que a Autarquia possa vir a adoptar.-----

Sobre o projecto de recuperação e valorização da Fortaleza da Arrifana e espaços envolventes, informou que já há um estudo prévio que foi remetido à Associação de Defesa do Património, para que a mesma se pronuncie acerca do assunto.-----

Relativamente à revisão do Plano Director Municipal, disse que é uma questão para a qual não poderiam partir de ânimo leve, pois há uma questão essencial para essa revisão e que tem a ver com a alteração ao Regulamento do PNSACV. Afastadas e resolvidas que estão as questões da Rede Natura dois mil, do PROT Algarve, lança-se agora o novo desafio, a breve prazo, que já está ou deveria estar em execução a proposta de alteração do Regulamento do PNSACV. Referiu ser contraproducente avançar para uma revisão do Plano Director Municipal, sem que este assunto esteja concluído. Esclareceu ainda que, logo que o PROT Algarve seja publicado, há noventa dias para que os PDM's das Câmaras se adaptem às regras estruturantes do novo PROT.-----

Quanto à ETAR e a rede de esgotos do Vale da Telha, informou estar neste momento precisamente na mesma situação em que se encontrava há um mês atrás. Não há nenhuma indicação nem da parte do ICNB, nem da parte da Águas do Algarve, que tenha havido alguma alteração desta questão.-----

Em relação ao abastecimento de água à Vilarinha, referiu que será uma obra feita pela Câmara Municipal, uma vez que a Autarquia tem capacidade técnica e humana para o fazer. Disse ainda que já há uma fase inicial de arranque desta obra e que crê que até ao final do ano a mesma esteja concluída.-----

Relativamente às intervenções de consolidação das dunas da Praia de Odeceixe, resulta de um protocolo e o projecto está em condições de ser lançado, à semelhança do que já aconteceu com os projectos da Amoreira Sul e da Praia do Monte Clérigo. Informou ainda que, relativamente ao projecto do Pontal da Carrapateira, o mesmo era muito mau e a Câmara deu indicação ao PNSACV e ao ICNB que iria proceder a novos levantamentos topográficos, pois o conceito e a filosofia prevista para o projecto era completamente diferente da apresentada. Disse ainda que estava a ser analisada, com o PNSACV e o ICNB, a questão da obra ter início durante o ano de dois mil e sete, sob pena do dinheiro não poder ser aproveitado.-----

Quanto aos açudes na Ribeira de Aljezur, este projecto encontra-se em execução e o seu estudo prévio é aguardado a qualquer momento.-----

Relativamente aos projectos dos jardins na Igreja Nova, disse que a Câmara gostaria de já ter iniciado esta obra, no entanto ainda não foi possível. Foi solicitado à Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur que fizesse uma pesquisa no terreno adquirido à família Pereira Neto, visto que, numa primeira sondagem efectuada pela Associação no referido terreno, foram encontrados vestígios arqueológicos. No entanto, crê que ali poderá ser feito um jardim bastante interessante, com todo esse enquadramento arqueológico.-----

Pela Senhora Presidente da Assembleia e tendo em conta que foi esgotado o tempo previsto para este Ponto da Ordem do Dia, foi proposto um prolongamento de quinze minutos, para que sejam prestados todos os esclarecimentos às questões colocadas, o que foi aceite por unanimidade.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara continuou, dizendo que, em relação ao parque desportivo do Rogil, o seu projecto está também numa fase terminal, pelo que a Câmara pensa recebê-lo em breve.-----

Relativamente à estrada do Escampadinho/Concelho de Monchique, que contempla três Concelhos, o projecto já se encontra concluído. A Câmara pensa que este projecto tem enquadramento no QREN, uma vez que este programa tem por obrigação a contratualização de projectos intermunicipais.-----

Em relação ao passeio da Avenida General Humberto Delgado, a elaboração do seu projecto foi demorada, mas entretanto já deu entrada na Câmara Municipal. Disse ainda ser intenção da Autarquia iniciar esta obra antes do início do Verão, mas como só agora o GAT de Faro apresentou o projecto, o seu início está previsto para os próximos meses de Setembro ou Outubro.-----

Quanto à reformulação do Mercado de Aljezur, esta obra também já tem o seu projecto concluído. Referiu que, precisamente, hoje a Câmara conseguiu finalmente adquirir um terreno que lhe interessava e que é muito importante do ponto de vista deste projecto.-----

Relativamente à questão colocada pela Senhora Presidente da Assembleia, sobre a casa sita no Picão, o Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que a Câmara está a tentar encetar, com alguma dificuldade, um combate às ruínas que, nomeadamente na sede do Concelho, se fazem sentir de uma forma mais premente. No entanto, neste caso concreto, ao consultar as Finanças, com vista à identificação dos proprietários, a Câmara deparou-se com cerca de trinta e tal herdeiros. Perante esta situação a Autarquia vai ter que contactar os proprietários através de um Edital, mandar demolir a casa e esperar que o assunto não vá parar ao Tribunal.-----

Em relação às faixas do Festival Prazeres do Mar, o Senhor Vice-Presidente da Câmara admitiu que de facto há sítios de onde as mesmas ainda não foram retiradas, no entanto essa situação já foi comunicada à empresa que tratou da publicidade.-----

Relativamente ao Festival Prazeres do Mar, referiu que a Câmara apontou o evento como um assinalável êxito. A avaliação do evento está a ser feita pela Câmara Municipal e fará diligências sobre questões a melhorar ou sobre questões que correram menos bem, quanto ao Festival. No entanto, não podemos esquecer que vínhamos de um Festival que reunia duas iguarias, a batata-doce e o perceve. No último ano em que o evento decorreu nestas condições, o número de visitantes foi de cerca de catorze mil, durante os três dias. No Festival da Batata-Doce verificou-se que número de visitantes foi de cerca de quatro a cinco mil e o Festival Prazeres do Mar teve uma afluência na ordem dos três a quatro mil pessoas.-----

Por força da legislação, houve a necessidade de separar o tema do Festival. No decorrer do Festival da Batata-Doce, verificou-se que em termos de frequência baixou e, igualmente, no Festival Prazeres do Mar. A Autarquia irá tentar entender porque é que se verificou uma quebra do número de visitantes, mas por outro lado não quer escamotear quaisquer responsabilidades à organização. Considera que, não obstante a menos valia na frequência das pessoas, em nada diminui o conceito dos Festivais. O mais difícil era separar os Festivais e, isso, a Câmara Municipal já o conseguiu fazer. Agora falta fazer com que os dois Festivais tenham a sua dinâmica própria.-----

Quanto à questão dos restaurantes, disse que este método adoptado era novo e que tinha sido feito um roteiro de restaurantes, paralelo ao Festival. Esta situação é discutível. Se foi bem feito, ou mal feito, é uma situação a ser analisada.-----

O Senhor Vítor Vicente referiu que, se bem percebeu, ainda vai demorar algum tempo até poderem haver obras de remodelação da Praça, pelo que sugeriu que fosse colocado um ponto de água, junto das bancas do peixe, que é uma situação da qual as pessoas apresentam várias queixas.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que ainda não foi debatido afincadamente esta questão, no entanto a questão das torneiras fica anotada e irá ser reparada a situação.-----

Em relação ao horário das esplanadas, não está previsto nenhum regime de excepção. Disse não entender se esta questão tinha, ou não, a ver com o facto do funcionamento das esplanadas poder perturbar o descanso de alguns turistas. Situação esta que é mais premente na freguesia de Odeceixe.-----

O Senhor Amílcar Duarte esclareceu que a sua questão tinha mais a ver com o facto de que considerava precisamente que o horário deveria de ser alargado, para que a vida nocturna se pudesse prolongar mais algum tempo.-----

Quanto às obras em zonas de afluência turística, durante a época de Verão, a Autarquia deveria ter um cuidado especial com esta questão, principalmente nas freguesias que são mais fustigadas pelo turismo, designadamente na Carrapateira e em Odeceixe.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara, disse que em relação às papeleiras nas ruas de Odeceixe, é uma questão que já foi discutida em Odeceixe, com todas as pessoas e vai ter que ser analisada profundamente, uma vez que há prós e contras que tem que ser avaliados.-----

Relativamente à ASAE, considera violenta a forma como foram feitas as fiscalizações. Em Aljezur pareceu-lhe que a sua actuação foi feita com alguma moderação e de uma forma muito pedagógica. Encerraram dois estabelecimentos, um em Odeceixe foi encerrado, temporariamente, por questões de higiene, o outro, foi o da Praia da Amoreira. Do ponto de vista da burocracia e do processo administrativo não foram severos, mas vocacionaram uma questão muito importante: a higiene. Esclareceu ainda que a Câmara Municipal está a ajudar os proprietários de estabelecimento, designadamente no caso do estabelecimento que foi encerrado em Odeceixe, a Câmara foi lá, informou o proprietário daquilo que tinha que ser feito e foi feito todo um esquema das obras necessárias à reabertura do estabelecimento. Quanto ao proprietário do restaurante da Praia da Amoreira, ele próprio teve capacidade para resolver o problema, pelo que não contactou a Autarquia.-----

O Senhor Fernando Rosa referiu que, relativamente ao estabelecimento que foi encerrado em Odeceixe, é necessário que a Câmara pressione o Senhor Pinto, tal como ele próprio o tem feito, pois o proprietário não pode estar à espera que sejam a Câmara e a Junta de Freguesia a resolverem todo o seu problema particular. Dada a localização do estabelecimento, disse que era imperativo o prazo para a execução da obra.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que o proprietário tinha sido devidamente informado das condições em que a obra deveria decorrer.-----

O Senhor Johannes Schydlo informou que, como membro da Assembleia Municipal, tinha participado nas primeiras Jornadas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Algarve, em Albufeira. Disse ter sido uma experiência interessante, no entanto o evento teve pouca afluência, informou ainda, os restantes membros acerca dos temas debatidos nas referidas Jornadas.-----

INTERVALO: – Foi pela Senhora Presidente da Mesa proposto, e aceite pela Assembleia, um intervalo de quinze minutos.-----

REINÍCIO DOS TRABALHOS: – Reiniciados os trabalhos, verificou-se a presença de todos os membros.-----

A Senhora Presidente da Assembleia informou que estão disponíveis no site da ANMP as linhas gerais de actuação, bem como os Relatórios aprovados no Congresso sobre a problemática das transferências de competências para os Municípios.-----

A Senhora Presidente da Assembleia informou acerca da comemoração do vigésimo aniversário da geminação Aljezur/Kürnach e foi feito um convite para a Assembleia Municipal integrar a comitiva que se desloca a Kürnach, fazendo se representar por dois membros, tendo solicitado aos membros que se alguém estiver disponível e interessado em participar que se oferecesse.-----
Não se manifestando interessados, foram indicados os Senhores Johannes Schydlo e Amílcar Duarte.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO M

APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PARA VENDA DE LOTES PARA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO E LOTEAMENTOS MUNICIPAIS: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de cinco de Junho de dois mil e sete sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta própria.-----

A Senhora Rosa Cigarra questionou o porquê da alteração da alínea respeitante ao cumprimento dos prazos e respectivas multas.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que era precisamente por causa dessa alínea que estes assuntos vinham à Assembleia Municipal.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse saber, mas que as multas nunca foram exequíveis.-

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que sim, uma vez que a Assembleia Municipal sempre ratificou as deliberações da Câmara.-----

Posta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

PONTO NÚMERO DOIS

TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE A CULTURA DE OGM NO ALGARVE: – Pelo Senhor Amílcar Duarte foram prestados alguns esclarecimentos acerca da moção apresentada pela bancada da CDU e que a seguir se transcreve:-----

“SOBRE A INTRODUÇÃO DE TRANSGÉNICOS NO ALGARVE-----

A Assembleia Municipal de Aljezur, em reunião ordinária realizada a vinte e nove de Abril de dois mil e sete, aprovou por unanimidade, para a área do Concelho de Aljezur, a proibição do cultivo de plantas geneticamente modificadas. Outras Assembleias Municipais do Algarve aprovaram posições semelhantes, nomeadamente a Assembleia Municipal de Silves. A AMAL aprovou posição semelhante para todo o Algarve.-----

Recentemente, foi autorizado o cultivo de milho transgénico numa exploração agrícola do Algarve, contrariando a posição assumida pela maioria das autarquias do Algarve. Desta forma, o poder central do Estado manifestou desprezo pelos órgãos eleitos democraticamente nesta região e impõe a presença de organismos geneticamente modificados, sem explicar os riscos associados a este cultivo em campo aberto, nomeadamente, sobre a contaminação de parcelas vizinhas já demonstrado em ensaios realizados em Portugal.-----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Aljezur, reunida em sessão ordinária a vinte e nove de Junho de dois mil e sete, manifesta o seu repúdio pela autorização concedida para a introdução de OGM no Algarve e manifesta a sua preocupação relativamente à contaminação que inevitavelmente acontecerá nos campos de milho do Algarve.-----

Aljezur, vinte e nove de Junho de dois mil e sete.-----

O eleito da CDU-----

Amílcar Manuel Marreiros Duarte.”-----

O Senhor Manuel Cristo começou por dizer que a agricultura não era a sua área e o que sabe sobre transgénicos é apenas aquilo que qualquer cidadão normal sabe, não sendo partidário dos transgénicos. No entanto, o que tem a certeza é que actualmente somos mais de seis mil milhões de pessoas e temos que pensar

numa forma de alimentar todas estas pessoas. Poderá ser os transgénicos ou não. Disse que, da informação que tem, a contaminação dos transgénicos também não é uma calamidade assim tão grande. No seu ponto de vista, o pior desta situação é que o transgénico revela o egoísmo que há dentro de nós, humanos.-----

O Senhor Amílcar Duarte concordou que a agricultura tem que progredir, com vista a permitir alimentar todos os habitantes da Terra. Disse que de facto temos a responsabilidade de alimentar o mundo, mas também sabemos hoje que a fome no mundo inteiro não se deve à falta de produção de alimentos, mas sim a questões sociais, de distribuição de riqueza, a guerras, entre outras razões. Um facto disso é que os povos que mais fome passam, são aqueles que produzem alimentos.-----

A questão é que, logo de princípio, este tipo de elemento novo, que tem novos riscos que outros não têm, designadamente as hormonas vegetais.-----

Uma coisa é certa: ninguém vai ficar com menos fome, por haver milho transgénico no Algarve.-----

Posta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

PONTO NÚMERO TRÊS

MOÇÃO – PRESERVAÇÃO DA SIMBOLOGIA MUNICIPAL: – Pelo Senhor Vítor Vicente foi feita uma breve introdução à moção apresentada pela bancada do Partido Social Democrata e que a seguir se transcreve:-----

“PRESERVAÇÃO DA SIMBOLOGIA MUNICIPAL-----

Sem prejuízo de demonstrar a nossa preocupação com os fins que se pretendem alcançar com a luta do Município, contra o tratamento discriminatório que Aljezur tem vindo a sofrer ao longo dos anos, com a actuação do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, atrofiando o desenvolvimento sócio-económico de Aljezur, queremos sublinhar a nossa veemente indignação pelo método encontrado, com o hastear da bandeira a meia-haste, dado que, após mais de dois anos e meio da tomada de posição do Município, demonstrou-se que esse meio é ineficaz para os fins que se pretenderam alcançar.-----

Ora, a bandeira do Município, um dos símbolos do nosso Concelho, por analogia com a legislação que regula a bandeira nacional, deve ser preservada no seu melhor estado, facto que não se verifica.-----

Por outro lado, a bandeira hasteada a meia-haste deve sê-lo para homenagear alguém que faleceu, mas em vida praticou actos digno de relevância para o Concelho.-----

Ou seja, a bandeira hasteada a meia-haste, simboliza a homenagem de um Município a alguém que, em vida fez obra notável para esse Município.-----

É de estranhar, que a bandeira do Município esteja há vários anos a meia-haste por quem nos tem feito mal, por quem tem prejudicado o desenvolvimento do Concelho.-----

Cabe salientar que, em termos gerais quem prevarica, quem prejudica, não merece homenagem, antes castigo, aliás, na nossa ordem jurídico-penal, quem prejudica, quem viola os direitos de outro, merece cadeia!.-----

Pelo atrás exposto, exigimos que seja retirada a bandeira a meia-haste, e que sejam encontradas outras forma de luta do Município contra o atrofiamento do Concelho a quem tem sido dotado, pela actuação dolosa do Governo.-----

A presente Moção deverá ser remetida ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Senhor Governador Civil de Faro, à Assembleia Metropolitana do Algarve, à Junta Metropolitana do Algarve, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve e à

comunicação social.” -----
O Senhor Amílcar Duarte referiu que da sua parte entende que a Bandeira a meia-haste é um protesto, no entanto, acha que já é um exagero a manutenção da bandeira durante tanto tempo, uma vez que considera que a medida não foi eficaz. Assim, considera que devem ser tomadas outras medidas. Pois no caso de voltar a hastear a Bandeira de uma forma normal, depois de tanto tempo, sem adoptar primeiro outras medidas, poderá ser uma atitude que não considera a mais correcta. Deste ponto de vista e, de alguma forma, concorda com o sentido da moção em que a Bandeira a meia-haste não dignifica o Concelho e possivelmente terá que ser adoptada outra atitude. Outra questão com a qual não pode de forma nenhuma estar de acordo nesta Moção, tem haver com a divulgação que é proposta para a mesma. Disse ser completamente contra a aprovação desta Moção com essa mesma divulgação, por considerar que isso iria enfraquecer a posição do Município, em relação a este assunto.-----

Posta à votação, foi a mesma rejeitada por maioria, com os votos a favor dos membros Vítor Vicente, Rosa Cigarra e Ana Santos, contra dos membros Lurdes Bento, Licínia Rodrigues, Manuel Rosendo, António Lopes, Henrique Henriques, Emanuel Jesus, Johannes Schydlo, José Carlos Silva, Manuel Cristo, Francisco Ferreira, José Marreiros, Sérgio Santos, Fernando Rosa Raul Silva e Amílcar Duarte e a abstenção do membro José Duarte.-----

PELO PARTIDO SOCIALISTA FOI APRESENTADA A SEGUINTE DECLARAÇÃO DE VOTO:-----

“No âmbito da Moção intitulada, “Preservação da Simbologia Municipal”, apresentada nesta Assembleia Municipal pelo PPD/PSD, os membros da bancada do Partido Socialista que entenderam votar contra a referida moção, fazem saber:-----

Um – Estranham o facto de só agora o PPD/PSD mostrar e ao que chamam de “**a nossa veemente indignação**” pelo ocorrido em dois mil e três, sob a forma de deliberação de Câmara, posição de resto votada favoravelmente pela sua Vereadora, à época, naquele órgão;-----

Dois – Será que em dois mil e três o PPD/PSD não concordaria já com o método encontrada pela Câmara Municipal para manifestar a sua indignação contra a exclusão territorial, financeira, ausência de investimento público, entre muitos outros factores que levaram à tomada de posição, e não teve a coragem de assumir o seu desacordo?-----

Três – Será que o incómodo relevado pelo PPD/PSD não esconde um sentimento de vergonha, quando deveria revelar orgulho;-----

Quatro – Que dizer de uma Moção que pretende dar uma lição de como usar a bandeira do Município?-----

Cinco – Que confusa, caricata e perigoso a forma de relacionar toda a temática com uma sentença de “cadeia”, seja lá para quem for!-----

Seis – Que ousada, prepotente e mesmo arrogante a forma como se dirigem, presumimos ao executivo da Câmara Municipal, ao “exigirem que seja retirada a bandeira que se encontra a meia-haste!-----

Sete – Que confusão que o PPD/PSD insiste em fazer entre Moções, Recomendações e Tomadas de Posição!-----

Oito – O que é feito do PPD/PSD que recentemente, numa prova de solidariedade pública e política, juntamente com todas as outras forças políticas representadas nesta Assembleia, aprovou uma moção conjunta acerca de matérias tão importantes e vitais para o concelho como são o Vale da Telha e a construção das ETARS;-----

Nove – Que esperar dum PPD/PSD, que se indigna com a bandeira do município a

meia-haste como forma de protesto, quando tivermos que discutir a alteração ao Regulamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina?----- Estaremos sempre disponíveis para encontrar consensos sérios e firmes sobre o mais variado tipo de temáticas e problemas sejam de carácter local, regional e até mesmo nacional, com todas as forças políticas desta Assembleia, todavia lamentamos não poder “alinhar” mais uma vez, em capricho do PPD/PSD, sob a capa do que ao que chamam, MOÇÃO!-----

Os Membros da Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Aljezur.”-----

O Senhor José Marreiros acrescentou ainda que, sensivelmente em Setembro/Outubro de dois mil e cinco, a ANMP tomou uma posição idêntica, em relação à contestação do Orçamento para dois mil e seis.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que, antes de mais, as moções do PSD têm um condão muito grande e a bancada do PS deve estar grata por isso, pois consegue unir o seu grupo. E consegue fazer com que o grupo tenha que reunir, discutir estas questões, para poder encontrar as declarações de voto necessárias à rejeição das moções que o PSD tem oportunidade de fazer. Se assim não fosse a bancada do PS nem precisaria de reunir, de resto sabem que é só votar a favor e aprovar. Disse que, naturalmente não teve a capacidade de fixar tudo aquilo que acabou de ser dito na declaração de voto do PS, mas houve algumas coisas que não pode deixar de registar, designadamente termos como “arrogância” e “prepotência”, há coragem da parte do PS. Disse até admitir que muitos membros não se sintam muito bem a defender um partido que apoia um Governo que tem as atitudes a que todos os dias assistimos na comunicação social.-----

A Senhora Presidente da Assembleia informou o Senhor Vítor Vicente que sobre a declaração de voto não poderiam haver considerações, apenas sobre a intervenção que o Senhor José Marreiros fez depois de ler a referida declaração.-

O Senhor Vítor Vicente discordou com o que foi dito e disse que se há uma declaração de voto que vem ofender a sua bancada, lhes chama prepotentes, arrogantes e tudo o mais, então ele tem de ter o direito de resposta. Disse ainda que, no mínimo, teria que revoltar, considerar que a declaração de voto é ofensiva e repudiá-la naturalmente. Referiu que não poderia deixar de o fazer, porque o direito de resposta existe para os membros se defenderem daquilo que consideram ofensivo, o que aliás está contemplado no próprio Regimento. Que parece-lhe que, quem fez uma grande confusão com o espírito da Moção, foi a bancada do PS e, isso, está patente no que foi escrito da declaração de voto, que a bancada do PSD considera insultuosa. O facto da ANMP ter tomado posição, sobre o Orçamento, e tendo recomendado as bandeiras a meia-haste não especifica exactamente qual é o tempo, mas que os membros da bancada do PSD não estão presos absolutamente a coisa alguma.-----

Que não é pelo facto do presidente da ANMP ser do mesmo partido que ele e os seus colegas representam nesta Assembleia, que levam a sua bancada a ter que concordar com tudo o que ele fizer, muito embora o espírito que encontra na declaração da ANMP é que, essa jornada de protesto contra o ataque que estava a ser feito pelo Governo do PS ao poder local, fosse feita uma manifestação em Santarém e que se pusessem as bandeiras de forma simbólica a meia-haste, no decorrer dessa fase. Salientou ainda o facto de que muitas vezes a Bandeira nem tampouco é preservada, visto que se encontra toda esfrangalhada pelo vento, sem a dignidade que lhe é devida e, não podemos esquecer que a Bandeira é o símbolo do Município. Referiu ainda que a sua bancada não está nada confusa. Que os problemas persistem e tem que ser encontrada uma forma de contra eles lutar, mas parece-lhe que persistir no luto municipal, persistir na Bandeira a meia-haste, não é o melhor caminho. Disse julgar, inclusive, que por vezes,

representantes nacionais têm evitado visitar o Concelho, por não visitarem um Concelho que está em luto.-----

Constou-lhe que uma delegação parlamentar, que está a visitar o Algarve, não vem visitar o Concelho de Aljezur. Visita essa que está a ser organizada por um membro do Partido Socialista.-----

O Senhor José Marreiros disse que, para além da bancada do PS ser acusada de algumas coisas que não lhe parece ser bem assim como o Senhor Vítor Vicente acabou de dizer, a sua bancada levou mais uma lição de bons costumes. Pois parece-lhe que só a bancada do PSD tem bons costumes, que só a bancada do PSD é que se reúne em condições que bem entende e quando muito bem entende e, que a bancada do PS não tem o direito de se reunir, uma vez que, só tem o direito de votar a aprovar. Disse também que não lhe parece que assim seja, nem de perto nem de longe. Pois se há bancadas que têm dado mostras de democracia e de lançar moções contra o Governo e contra alguns factos que o Governo nos quer impor, tem sido a bancada do PS. Nesta e na outra legislatura. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse não ser seu apanágio discutir as moções que são apresentadas na Assembleia Municipal, antes delas serem aprovadas.-----

Não faz, porque entende não o dever fazer, pois não quer condicionar quem quer que seja. Disse ainda que não diz que não o possa fazer, mas regra geral não é esse o seu entendimento. Mais referiu que, no seu entender, a declaração de voto apresentada pelo PS não ofende, em circunstância alguma, nenhum dos subscritores desta Moção ou o PPD/PSD. Disse que a declaração de voto do PS não insulta os subscritores. A única coisa que a declaração de voto faz é, de facto, o reconhecimento e uma objectividade política de um organismo e de uma entidade onde se faz política, que é a Assembleia Municipal. Não faz mais do que isso.-----

Quanto à outra questão que o Senhor Vítor Vicente refere, disse que poderia abordá-la mais à frente, mas que quer fazê-lo agora, tem a ver com uma ocorrência referida pelo Senhor Vítor Vicente, que deveria ter acontecido no mês de Junho/Julho mas que ainda vai ser efectuada, uma visita da comissão parlamentar de obras públicas, da Assembleia da República, da qual faz parte o deputado Hugo Nunes, bem como um ilustre deputado do PSD, que teve a honra de nos visitar e foi recebido nos Paços do Concelho pelo Senhor Presidente da Câmara e por ele próprio. Disse ainda que o Senhor deputado, durante a tarde, esteve reunido com o Senhor Presidente da Câmara e com o Senhor Vítor Vicente, altura em que, certamente, lhe terá sido dado conhecimento de toda esta problemática em termos de ordenamento do território, de que o nosso Concelho padece. Disse desconhecer que tipo de sentimento terá sido manifestado perante esta situação.-----

Tem também conhecimento que aquando dessa visita, a comissão parlamentar de obras públicas, da Assembleia da República, virá ao Algarve para analisar três situações que têm a ver com o âmbito nacional e com questões muito particulares, mas de âmbito nacional e regional, que constituem mais valias para a região. Não irão particularizar, nem irão a nenhum Concelho para tecer ou verificar *in loco* alguma dessas situações. E, isto, apesar do deputado Hugo Nunes reconhecer o quão importante era a visita ao Concelho de Aljezur para, entre outros assuntos, ser abordada a problemática da variante. Mais fez questão de referir que jamais alguma entidade se recusou a visitar o Concelho de Aljezur, pelo facto do Município estar de luto, de protesto, com a Bandeira a meia-haste.-----

Por último, congratulou-se com a rejeição, em termos de votação, da moção apresentada pelo PSD e disse ser a única coisa que dirá quanto a este assunto.---

Para finalizar, prestou algumas informações que considera relevantes e de interesse, do seu ponto de vista, para os membros da Assembleia Municipal e que têm a ver com a moção, não constituído isso qualquer tipo de crítica.-----

O Senhor Vítor Vicente voltou a referir que esta situação tem se demonstrado ineficaz para o fim a que se pretende alcançar.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que já várias vezes foi colocada a questão da Bandeira, na anterior legislatura, referindo que sempre disse que não concordava com a medida adoptada. Disse que sempre demonstrou o seu desagrado.-----

O Senhor Amílcar Duarte lembrou que a questão da Bandeira foi referida nesta Assembleia Municipal por várias vezes e por vários membros. Referiu novamente, que votou contra a moção agora apresentada, por considerar que esta moção do ponto de vista da eficácia, realmente, não tem. Mas que a questão deve ser equacionada, no sentido de alterar. Concorda que o Município deve protestar, mas considera que esta via acaba por não ser eficaz.-----

PONTO NÚMERO QUATRO

APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: – A Senhora Presidente da Assembleia perguntou em que fase se encontram as piscinas municipais?-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou que, em relação às piscinas municipais, a fase da estanquicidade já foi ultrapassada com sucesso. O que falta agora é iniciar o trabalho de montagem do sistema UV (ultravioletas), sendo esta a fase final da obra.-----

A Senhora Presidente da Assembleia, relativamente à requalificação urbana da Carrapateira, perguntou ao Senhor Vice-Presidente da Câmara se tinha conhecimento de já ter sido feita alguma coisa, em relação ao poste que estava no meio do passeio.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que a situação se mantém, admitiu que eventualmente a obra seja concluída e venha a ser inaugurada, e o poste não seja retirado. No caso do poste ser de iluminação pública, será retirado, pelo contrário, se o poste for de telefones, dúvida que o mesmo seja retirado no prazo pretendido pela Autarquia, à semelhança de uma situação idêntica que se passou no Rogil.-----

O Senhor Vítor Vicente começou por dizer ser um defensor de eventos do tipo do Festival da Batata Doce e do Festival Prazeres do Mar, mas considera ser urgente que se faça uma reflexão profunda sobre isto. Acha que estes eventos devem continuar a ser feitos e melhorados. Muito embora, se note algumas melhorias ao nível da organização, não há dúvida que os dois últimos eventos tiveram menos “*chama*” que os anteriores. Logo, é importante que se faça as reflexões necessárias, para que estes eventos continuem a ser uma realidade cada vez mais pujante e não o contrário. Pois ou se inverte rapidamente a actual situação, ou, então estes eventos morrem pura e simplesmente. O que é mau, pois considera muito importante para o Concelho que se façam este tipo de eventos, pois são investimentos produtivos e, apesar de ao nível da organização notar que as coisas melhoraram, esta separação não está consolidada. Quem sabe, o facto de terem retirado o nome de *Perceves*, não tenha deixado de ser um atractivo para o Festival. Um facto é que, se voltarmos a ter outro evento a descair vai ser muito, mas mesmo muito difícil recuperar.-----

O SENHOR FERNANDO MANUEL DA COSTA ROSA DEIXOU DE FAZER PARTE DOS TRABALHOS-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse partilhar inteiramente o que foi dito pelo Senhor Vítor Vicente. Tal como ele, disse acreditar que a Câmara tem capacidade e condições para dar a volta por cima. A verdade é que o termo de

comparação era muito forte, pois o Festival da Batata Doce e do Perceve era um dos festivais gastronómicos mais fortes do Algarve, era fortíssimo. Estávamos habituados a isto e, como é lógico, quando nos deparamos com afluências como as dos dois últimos festivais, estranhámos e achámos que a situação é má.-----
Essa reflexão já começou a ser feita no seio do grupo de trabalho, irá ser feita pela própria Câmara e depois será partilhada com a Assembleia Municipal e serão bem-vindos todas as sugestões que entenderem por bem. Voltou a referir que considera que o mais difícil já foi feito, que foi o facto de separar o Festival. Agora o mais importante é continuar a trabalhar no sentido de tornar os dois festivais em dois grandes eventos.-----

O Senhor António Lopes referiu que os perceves não são produtos da terra mas sim do mar e que, neste momento, os produtos da terra não estão a ser defendidos nem contemplados, tais como os fritos de Aljezur, as filhós de Aljezur. Até agora a Câmara não fez nada para defender os produtores destas iguarias. Porque, legalmente e neste momento, ninguém pode produzir nada nem comercializar. Face a esta legislação, a Câmara não fez nada para defender os produtores destas iguarias. E se, alguma vez, a Câmara promover um Festival da Filhó, um Festival do Frito, toda a gente está ilegal. E isto é gravíssimo. Disse que a Câmara fez uma Salsicharia para defender os produtos de salsicharia e não faz nada quanto a isto.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que, ao que sabe, as doceiras que habitualmente estão no Festival da Batata Doce e que algumas estiveram no Festival Prazeres do Mar, nos Fritos e nas Filhós, estão colectadas e legalizadas, como tal e estão autorizadas a fazer esses produtos. E, mais, a Câmara foi chamada a Odeceixe, na altura da Feira do Folar, levou consigo os técnicos competentes e foram ver as condições de higiene, onde eram feitos os folares. Mais ainda, a Câmara contactou a ASAE e solicitou a informação pertinente, nesta situação de produtos tradicionais. Ao que a resposta apenas referia a questão da higiene e da embalagem. Deu também o exemplo do medronho, em que a Câmara explicou e agilizou o processo com vista à legalização das destilarias.-----

O Senhor Amílcar Duarte, referindo-se aos produtos tradicionais, disse ser necessário, realmente, que o Município tenha uma atitude de defesa, maior e mais *pró activa* do que tem neste momento.-----

Em relação aos Festivais, disse que a Câmara considerar que os mesmos foram um assinalável êxito, causa-lhe alguma preocupação, não crítica, porque apesar de poder ter havido vários factores que contribuíram para o fracasso ou fiasco, tal como algumas pessoas dizem, estes são eventos e importantes e há que os salvar. Este tipo de festival não aguenta uma segunda ou uma terceira edição, com o nível de frequência que teve. Porque depois é mais difícil de levantar um evento que fracassou. Disponibilizou-se ainda para ajudar a encontrar soluções, pois todos têm que trabalhar nesse sentido.-----

Referiu-se também ao Espaço Internet, que considera ser bastante importante, nomeadamente, para o turismo durante o verão, designadamente em relação à redução do horário de funcionamento que ocorreu há uns meses atrás. Perguntou igualmente se está previsto retomar o horário normal.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse não ter problema nenhum em reconhecer os seus erros. Tal como disse anteriormente, foram cometidos alguns lapsos. Para além dos já mencionados, também há a questão da data, pois o Festival realizou-se já na segunda quinzena do mês, altura em que as pessoas têm menos dinheiro.-----

Relativamente ao Espaço Internet, referiu que os horários não têm sido drasticamente reduzidos, têm sido ocupados por outro tipo de iniciativas,

nomeadamente o RVCC e acontecimentos pontuais de cursos de informática na óptica do utilizador, que têm sido promovidos em consonância com o Projecto Oriente, com a Escola EBI/JI e até mesmo com a Câmara Municipal. Essas actividades vão terminar, pelo que durante o Verão os horários vão ser alargados aos utilizadores.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Do público presente não se verificou qualquer pedido de intervenção.-----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: – Foi deliberado por unanimidade, aprovar a acta em minuta.-----

FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS: – Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente sessão, foi utilizada a forma de votação por braço no ar.-----

ENCERRAMENTO: – E nada mais havendo a tratar, pela Senhora Presidente da Assembleia foi declarada encerrada a sessão pelas zero horas trinta minutos do dia trinta de Junho de dois mil e sete, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente acta.-----

E eu, Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário, para os devidos efeitos a redigi e subscrevo.-----

A Presidente

A Primeiro-Secretário